

EDUCAÇÃO FISCAL: Uma política pública ou uma decisão política?

Eliane Leão Fernandes¹

As políticas públicas são como respostas ou soluções que os governos encontram para diminuir os problemas da sociedade, ou seja, uma intervenção que o Estado faz para minimizar as demandas e necessidades econômicas e sociais dos diversos segmentos da população.

Objetivando promover a justiça social e mediante análise anterior das necessidades de seus habitantes, os governos criam estratégias de ações que correspondam aos compromissos políticos e públicos, firmados em época de campanha. Dessa forma, as políticas públicas passam a ser definidas a partir das necessidades e do contexto socioeconômico e político que se encontram.

A Educação Fiscal surge nesta perspectiva e com esta vertente, e se apresenta como um desafio para a sociedade brasileira, pois, propõe a inserção de conhecimentos que implicam em mudanças de comportamento já que leva o cidadão a compreender e a se envolver com o desenvolvimento social e econômico da sua comunidade, da cidade onde mora, do Estado e do País, contribuindo para o benefício de todos.

O objetivo da Educação Fiscal é disponibilizar à sociedade, conhecimentos necessários ao exercício consciente da cidadania e ao convívio com as exigências do pluralismo social e político, tornando os cidadãos mais participativos, conscientes, dignos e responsáveis pela construção de uma nova história.

Com os conhecimentos que a Educação Fiscal venha a disseminar, espera-se que a própria sociedade almeje e promova essa mudança, tornando-se autônoma e capaz de compreender e fiscalizar o processo de arrecadação, controlar o uso dos recursos públicos, quebrar o círculo vicioso da corrupção/impunidade e passe a dispor de serviços públicos universais e de qualidade. Preocupa-se, também, que a sociedade entenda que ao exercício de direitos corresponde o cumprimento de deveres no sentido de se poder construir uma sociedade mais justa e solidária, onde todos desempenhem um papel fundamental nessa construção.

Para que a Educação Fiscal se constitua uma política pública, é fundamental haver vontade política.

O Estado tem que querer que sua sociedade adquira conhecimentos, que agreguem valores, levando-os a participarem efetivamente das tomadas de decisões que afetam a vida individual e coletiva, contribuindo, dessa forma, para

dirimir ou pelo menos minimizar a relação de conflito existente e que ainda persiste, entre o Estado e a Sociedade.

Precisa-se despertar no governante o desejo de ver sua sociedade participava e atuante, de maneira a governarem juntos, em busca do bem-estar do cidadão.

Mas nem toda decisão política torna-se uma política pública. A decisão política é a escolha dentre diversas alternativas, já política pública passa a ser a junção lógica entre a teoria e a prática, em forma de ação concreta.

Somente quando, a decisão política estiver lado-a-lado com a vontade do povo, poderemos vislumbrar a Educação Fiscal consagrando-se como uma política pública em todos os Estados da federação.

ⁱ Mestre em La Ciencia de la Educación. Especialista em Educação Fiscal e Cidadania. Licenciada em Educação Física. Responsável pela Unidade de Educação Fiscal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora e Tutora de Educação a Distância pela ESAF. E-mail: li_jeoa@hotmail.com